



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Fausto Pinato – PP/SP

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.102, DE 2015

Dispõe sobre os preços da alimentação
em aeroportos

Autor: Deputado LUIS TIBÉ

Relator: Deputado FAUSTO PINATO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3102, de 2015, de autoria do Deputado Luis Tibé (Avante-MG), visa incluir dispositivos no Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986) com o objetivo de coibir a prática de preços abusivos nos serviços de alimentação oferecidos em aeroportos. A proposta estipula que a administração dos aeroportos deve adotar medidas para impedir aumentos nos preços que resultem em valores significativamente superiores aos praticados em áreas próximas, fora das instalações aeroportuárias.

Na Justificação, o nobre autor discorre sobre a problemática dos preços elevados nos aeroportos, explicando que os estabelecimentos ali localizados operam em regime de monopólio, o que possibilita a cobrança de preços altos e que, devido à falta de concorrência e ao elevado poder aquisitivo médio dos passageiros, os preços dentro dos aeroportos tendem a ser excessivos.

O autor ainda argumenta que a medida visa proteger os consumidores de preços injustos, garantindo uma maior equidade nos preços cobrados pelos serviços de alimentação em comparação com os preços praticados em estabelecimentos fora dos aeroportos e que a regulação proposta é necessária para evitar abusos de poder econômico por parte dos estabelecimentos de alimentação nos aeroportos.

A proposição tramita em regime ordinário (art. 151, III, RICD), em caráter conclusivo (art. 24, II, RICD), tendo sido distribuída às Comissões de

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fausto Pinato





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Fausto Pinato – PP/SP

Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), Viação e Transportes (CVT) e a esta Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, na forma do art. 54 do RICD.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou a proposta na forma do voto do Relator Substituto, Deputado Vitor Lippi.

Por sua vez, a Comissão de Viação e Transportes concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.102/2015, com substitutivo, nos termos do voto do Relator, Deputado Neto Carletto.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

2024-10121

II - VOTO DO RELATOR

Em conformidade com o que dispõe o art. 32, IV, "a", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa das proposições sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas Comissões.

Quanto à **constitucionalidade formal** da proposição, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

A proposição em questão tem como objeto tema de competência legislativa da União, especificamente em relação ao direito econômico e à defesa do consumidor, conforme estabelecido no art. 24, incisos I, V e VIII da Constituição Federal. Sendo legítima a iniciativa parlamentar (art. 61, caput, da CF/88), haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Fausto Pinato – PP/SP

No tocante à **constitucionalidade material**, cumpre notar que a proposição sob comento visa coibir o sobrepreço dos serviços de alimentação em aeroportos, protegendo os consumidores contra práticas abusivas. Assim, a proposição vai ao encontro dos princípios constitucionais que consagram a defesa do consumidor (art. 5º, XXXII) e os princípios da ordem econômica (art. 170, caput).

A proposição é dotada de juridicidade, uma vez que inova no ordenamento jurídico e respeita os princípios gerais do direito.

No tocante à técnica legislativa, a proposição principal tem o objetivo de inserir o § 2º no art. 41 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986. Entretanto, tal dispositivo foi revogado pela Lei nº 14.368, de 2022. Dessa forma, o correto seria inserir um novo art. 41-A ao invés de um parágrafo em um artigo já revogado. No intuito de se fazer tal correção, a Comissão de Viação e Transportes ofereceu Substitutivo, que torna a redação compatível com o que recomenda a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Pelas precedentes razões, manifesto meu voto pela **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3102, de 2015, na forma do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes.**

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado FAUSTO PINATO
Relator

